

**A noção de competência (inter)discursiva como articulador teórico entre fenômenos de ordem ideológica (*interdiscurso*) e cognitiva (*pré-discurso*)**

---

The notion of (inter)discursive competence as the theoretical articulator between concepts of an ideological nature (*interdiscourse*) and of a cognitive nature (*pre-discourse*)

La noción de competencia (inter) discursiva como articulador teórico entre fenómenos de orden ideológico (*interdiscurso*) y cognitivo (*prediscurso*)

**Fernanda Mussalim**

Universidade Federal de Uberlândia (UFU/Brasil)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil)

**RESUMO**

Neste artigo, pretendo demonstrar a produtividade de se articular em uma teoria do discurso dois conceitos de naturezas distintas – um de natureza ideológica, outro de natureza cognitiva. Mais especificamente, pretendo demonstrar a viabilidade de articular os conceitos de *interdiscurso* (MAINGUENEAU, 2008) e *pré-discurso* (PAVEAU, 2013), assumindo a noção de competência (inter)discursiva (MAINGUENEAU, 2008) como o grande articulador teórico que permite associar, de maneira congruente, esses dois conceitos. Uma das contribuições do artigo será demonstrar a produtividade de se construírem pontes entre uma teorização sobre o discurso fundamentada na relação entre língua e história e uma teorização sobre o discurso que incorpora, na explicação de seu funcionamento, uma dimensão cognitiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso; Dimensão cognitiva do discurso; *Interdiscurso*; *Pré-discurso*; Competência (inter)discursiva.

---

\* Sobre a autora ver página 151.



**ABSTRACT**

*In this paper, I intend to demonstrate the productivity of articulating in a discourse theory two concepts which have distinct natures – one is of an ideological nature, the other is of a cognitive nature. More specifically, I intend to demonstrate the possibility of articulating the concepts of interdiscourse (MAINGUENEAU, 2008) and pre-discourse (PAVEAU, 2013), assuming the notion of (inter)discursive competence (MAINGUENEAU, 2008) as the great theoretical articulator which allows these two concepts to be congruently associated. One of the contributions of this paper will be to demonstrate the productivity of bridging the gap between a theorization about the discourse based on the relation between language and history and a theorization about discourse that incorporates a cognitive dimension in the explanation of its functioning.*

**KEYWORDS:** *Discourse analysis; Cognitive dimension of discourse; Interdiscourse; Pre-discourse. (Inter)discursive competence.*

**RESUMEN**

*En este artículo pretendo demostrar la productividad de articular en una teoría del discurso dos conceptos de diferente naturaleza, uno de naturaleza ideológica y otro de naturaleza cognitiva. Más concretamente, pretendo demostrar la viabilidad de articular los conceptos de interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008) y pre-discurso (PAVEAU, 2013), asumiendo la noción de competencia (inter) discursiva (MAINGUENEAU, 2008) como el gran articulador teórico que permite asociar, de manera congruente, estos dos conceptos. Una de las aportaciones del artículo será demostrar la productividad de tender puentes entre una teoría del discurso basada en la relación entre lenguaje e historia y una teoría del discurso que incorpora, en la explicación de su funcionamiento, una dimensión cognitiva.*

**PALABRAS CLAVE:** *Análisis del discurso; Dimensión cognitiva del discurso; Interdiscurso; Pre-discurso; Competencia (inter) discursiva.*

## 1 Introdução

Neste artigo, pretendo demonstrar, para a teoria do discurso, a produtividade da articulação entre dois conceitos, um de natureza ideológica, outro de natureza cognitiva. Mais especificamente, gostaria de, a partir da consideração de um dado recortado de um conjunto de textos, produzidos no Brasil a partir da década de 70 do século XX, que se debruçaram sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil, demonstrar a viabilidade de articular os conceitos de *interdiscurso* (MAINGUENEAU, 2008) e *pré-discurso* (PAVEAU, 2013). A noção de competência (inter)discursiva postulada por Maingueneau (2008), será o grande articulador teórico, que permitirá que sejam associados, de maneira congruente, esses dois conceitos. Apresentarei, pois, na seção 1 a seguir, os três conceitos que serão mobilizados no artigo – *interdiscurso*, competência (inter)discursiva e *pré-discurso*. Na seção 2, por sua vez, contextualizarei e apresentarei alguns resultados da pesquisa (MUSSALIM,

2017-2018)<sup>1</sup> de onde foi recortado o dado que será analisado, para, então, na seção 3, debruçar-me sobre sua análise.

## **2 Fundamentos teóricos**

Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2008) postula o primado do interdiscurso, segundo o qual, em termos de gênese, o interdiscurso precede o discurso. Nessa perspectiva, as identidades discursivas (as formações discursivas) não se constituem independentemente umas das outras para depois serem postas em relação, mas constituem-se mutuamente no espaço de trocas em que convivem.

O autor, em sua proposta, define três níveis de funcionamento do interdiscurso, estabelecendo a seguinte tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

A noção de universo discursivo diz respeito ao conjunto de formações discursivas (FDs) de todos os tipos que interagem em uma conjuntura dada. Mesmo não sendo possível apreendê-lo em sua globalidade, trata-se de um conjunto finito, que define uma extensão a partir da qual são construídos domínios susceptíveis de serem estudados, a saber, os campos discursivos.

O campo discursivo deve ser compreendido como sendo um conjunto de formações discursivas com mesma função social, que divergem, entretanto, quanto ao modo pelo qual essa função deve ser preenchida. Em uma região determinada do universo discursivo, tais formações discursivas buscam delimitar-se reciprocamente, por meio de uma relação de concorrência – compreendendo este último termo de maneira mais ampla, de modo a significar tanto afrontamento aberto, quanto aliança, neutralidade aparente etc. Desse modo, as FDs de cada campo discursivo constituem-se afetando-se mutuamente.

O espaço discursivo, por sua vez, deve ser compreendido como um subconjunto de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente considerar para seu propósito. Nesse espaço, a interdiscursividade – que se dá por meio da interação entre os subconjuntos das FDs tomadas em relação – caracteriza-se como um processo de tradução, de interincompreensão regrada, cada uma introduzindo o Outro em seu fechamento e traduzindo os seus enunciados nas categorias do Mesmo, de modo que sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que dele constrói. Nesse sentido, o que permite ao analista do discurso reconhecer o fenômeno da interdiscursividade, tal como concebida por Maingueneau, é o processo da interincompreensão, decorrente da interação dos sistemas de restrições semânticas de cada FD do espaço discursivo considerado.

O sistema de restrições semânticas é concebido como um filtro que fixa os critérios que, em uma formação discursiva determinada, distingue o que é possível ou não de ser enunciado do interior daquela formação. Esse sistema de restrições deve ser concebido, mais especificamente, como um modelo de

---

<sup>1</sup> Pós-doutorado Sênior e Estágio Sênior no Exterior: MUSSALIM, F. “A problemática da anterioridade discursiva em Análise do discurso: em pauta a dimensão cognitiva da teoria do discurso” (2017-2018). Agradeço ao CNPq pelos financiamentos (Processos n°s 108541/2017-7 e 203761/2017-0).

“competência discursiva”, ou melhor, como um modelo de “competência interdiscursiva”, já que, correlativamente, ao distinguir o que é possível enunciar do interior de uma formação discursiva, permite identificar também enunciados incompatíveis com o sistema de restrições semânticas desta FD como enunciados pertencentes a formações discursivas antagonistas. Nas palavras de Maingueneau (2008, p. 54-55):

[a competência discursiva supõe que o enunciador de um discurso seja]

- capaz de reconhecer enunciados como “bem formados”, isto é, que pertencem a sua própria formação discursiva, [mas seja também]
- capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa formação discursiva.

[...]

[a competência interdiscursiva supõe]

- a aptidão para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da ou das formação(ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro;
- a aptidão de interpretar, de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições.

Dessa perspectiva, não há dissociação entre o fato de enunciar conforme as regras de sua própria formação discursiva e de não compreender os sentidos dos enunciados do Outro; trata-se de duas facetas do mesmo fenômeno. Não existe, portanto, o discurso absoluto que num espaço homogêneo regularia todas as traduções de um tipo de discurso para um outro, mas uma rede de relações constantemente aberta. Nesse sentido, a relação polêmica não existe em si, ela é apenas um aspecto do funcionamento da formação discursiva e se configura como a manifestação de uma incompatibilidade radical entre os discursos – a mesma que permitiu que tais discursos se constituíssem. A relação com o Outro é função da relação que um discurso mantém consigo mesmo, na medida em que, para que ele construa a sua identidade, é preciso relegar o Outro ao interdito, ao espaço do não dizível, do errado, do culpado, do falível.

No que se refere ao conceito de *pré-discurso*, Marie-Anne Paveau (2013), por meio dele, se propõe a dotar a Análise do discurso de uma dimensão cognitiva, justificando que isso enriqueceria e renovaria as práticas de análise dos discursos. Por dimensão cognitiva, a autora compreende “os processos de construção de conhecimentos e sua configuração no discurso a partir de dados recebidos pelos sentidos, pela memória e pelas relações sociais” (PAVEAU, 2013, p. 9). Suas referências teóricas, nas Ciências cognitivas, inscrevem-se na linha sociocultural, que concebe a cognição como um fenômeno discursivo, situado em contextos históricos e sociais. Mais especificamente, a autora se filia à corrente da *cognição distribuída*, que busca compreender como a inteligência se manifesta no nível sistêmico – e não apenas no nível cognitivo individual –, mediante o estudo da representação do conhecimento nas mentes dos

indivíduos e sua propagação entre indivíduos e artefatos (FLOR, HUTCHINS, 1991). Tal abordagem defende que a cognição, além de ser um fenômeno distribuído entre dois ou mais indivíduos, também o é entre indivíduos, ambientes e artefatos (bloco de notas, cadernetas, celulares, computadores etc.) que se relacionam. Esses artefatos (cognitivos) consistem em dispositivos utilizados pelos humanos em suas atividades para aprimorar ou melhorar a cognição e o desempenho (NORMAN, 1991; HUTCHINS, 2002).

O foco da abordagem de Paveau (2013, p. 12) recai sobre o que ela chama de “determinações pré-linguísticas”, isto é, recai sobre dados anteriores à formulação da linguagem. Sua pretensão é debruçar-se sobre o problema da “caixa preta” das informações prévias “que informa os discursos e, sobretudo, sobre o ponto de articulação entre esses dados anteriores e as produções verbais”. A autora admite, pois, que os discursos se apoiam em saberes e crenças partilhadas, mas considera que, da perspectiva da Análise do discurso (mirante do qual faz sua proposta), a natureza desse apoio ainda é pouco esclarecida. O termo “*pré-discursó*”, portanto, não é imotivado; diz respeito a um tipo de anterioridade discursiva, que opera na negociação da partilha, da transmissão e da circulação do sentido nos grupos sociais: “o locutor dispõe de informações prévias, tratadas e estocadas antes de produzir discursos”, o que não impede que “essas informações sejam também construídas e negociadas no discurso, enquanto apresentadas como pré-discursivas” (PAVEAU, 2013, p. 20). Diferentemente do *interdiscurso*, cujo funcionamento produz interincompreensão entre sujeitos inscritos em FDs concorrentes (no sentido lato do termo), o *pré-discursó* possibilita a inter-compreensão entre interlocutores que partilham e alinham-se ao mesmo repertório pré-discursivo.

A autora define os “pré-discursos como um conjunto de quadros pré-discursivos coletivos (saberes, crenças, práticas), que dão instruções para a produção e para a interpretação do sentido no discurso” (2013, p. 130). Esclarece, ainda, que os *pré-discursos* têm uma realidade imaterial, uma vez que não se inscrevem diretamente na materialidade discursiva, apesar de nela imprimirem “marcas” indiretas. Nesse sentido, eles não são formuláveis, nem traduzíveis no discurso, mas identificáveis pelos traços de sua presença. Paveau também afirma que os *pré-discursos* dizem respeito a dados de natureza mais social e cultural do que a dados de natureza ideológica e política, aplicando-se, por isso, a todos os tipos de discurso, desde os mais ordinários e pouco controlados, até os mais elaborados e controlados.

Definidos os conceitos que serão mobilizados na análise, apresentarei, na seção a seguir, a contextualização e a apresentação de alguns resultados da pesquisa de onde foi recortado o dado que será analisado na seção 3.

### 3 Contextualização e alguns resultados da pesquisa

O dado que analisarei na seção a seguir foi recortado de uma pesquisa de pós-doutoramento realizada nos anos de 2017 e 2018, junto ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-UNICAMP) e ao Centro de Neurociências, Psicologia e Comportamento da Universidade de Leicester, Inglaterra. Mais especificamente, esse dado foi recortado do *corpus* de análise da referida pesquisa, constituído, conforme já dito, de um conjunto de textos produzidos no Brasil, a partir da década de 70 do

século XX, que se debruçaram sobre a problemática do ensino de língua portuguesa.

Esse conjunto de textos contempla dois tipos produções: i) artigos, capítulos de livros e livros produzidos no campo científico, em geral por linguistas; ii) documentos oficiais, produzidos no campo político-educacional, que traçaram diretrizes para o ensino de língua portuguesa no país. O critério para esse recorte espaço-temporal decorreu de um fenômeno ao qual atribuí o estatuto de acontecimento discursivo (PÊCHEUX, [1983] 1990): pela primeira vez, a linguística brasileira, de forma mais maciça, se volta para a produção de textos científicos e de divulgação científica que buscam interferir na política de ensino de língua portuguesa no país. Os documentos oficiais, produzidos a partir de então, mais especificamente os *Parâmetros curriculares nacionais*, incorporaram certas contribuições da linguística na formulação de suas diretrizes.

Em linhas gerais, com base na análise desse *corpus*, foi possível perceber que a especificação do espaço interdiscursivo, isto é, a definição do Outro com o qual os enunciadores desse conjunto de textos polemizam, define-se muito em função dos quadros pré-discursivos que informam e alimentam esse discurso, isto é, em função dos saberes, crenças, valores e práticas que funcionam como um enquadre sociocognitivo, uma espécie de primariedade sem a qual é impossível enunciar o que se enuncia (nesse conjunto de textos).

Assim, no que se refere à problemática do ensino de língua portuguesa, os enunciadores desse conjunto de textos polemizam, de um lado, com a gramática normativa (que assume um padrão de língua que desconsidera a variedade brasileira e, quando a considera, ignora/combate a heterogeneidade linguística e social) e, de outro, com o senso comum (que constrói um certo imaginário de língua, uma espécie de gramática idealizada da língua portuguesa, por vezes mais avessa à heterogeneidade e à variação que as próprias gramáticas normativas). Nesse sentido, os enunciadores desse conjunto de textos rejeitam a avaliação da língua pautada no “certo *vs* errado” e defendem padrões avaliativos pautados nos pares “adequado *vs* inadequado” (o critério aqui é de natureza social) e “gramatical *vs* agramatical” (o critério, nesse caso, funda-se na(s) possibilidades/produtividade do sistema linguístico ou do conjunto de regras da gramática de falantes nativos, considerados a partir de uma perspectiva descritivo-explicativa).

No que se refere à problemática da leitura e produção de textos, por sua vez, os enunciadores desse conjunto de textos polemizam com o pressuposto de que o texto é uma somatória de frases, ou um produto que deve ser considerado em si e per si, e que, por isso, sua produção e os sentidos a ele atribuídos (leitura) devem ser avaliados com base no par “certo *vs* errado”, associados a critérios como correção (ortográfica, gramatical-normativa, lógico-textual); padrões de literaridade (+ ou – literal); e critérios etimológicos. Novamente, os enunciadores desse conjunto de textos defendem padrões avaliativos pautados, fundamentalmente, nos pares “adequado *vs* inadequado”, uma vez que concebem o texto como processo de interação que responde a contratos comunicacionais socialmente estabelecidos (o critério, portanto, é de natureza social).

Toda polêmica estabelecida entre, de um lado, os enunciadores do conjunto de textos analisados – a comunidade discursiva (MAINGUENEAU,

2008) que reivindica os pares “adequado *vs* inadequado”, e “gramatical *vs* agramatical” – e, de outro, a comunidade discursiva que reivindica o par “certo *vs* errado” (constituída por enunciadores que se alinham à gramática normativa e ao discurso do senso comum sobre língua), configura o espaço de funcionamento do *interdiscurso*, reconhecível fundamentalmente, conforme anteriormente apontado, por meio dos processos de inter-incompreensão.

No que se refere aos resultados da pesquisa em relação ao(s) *pré-discurso(s)* que informam e alimentam o conjunto de textos analisados, foi possível demonstrar que ele(s) se constitui(em) de quadros de saberes e crenças oriundos de certa linguística, que assume como sendo inextrincável a relação entre língua(gem) e sujeito. É a partir desse enquadre que se torna possível conceber a problemática do ensino de língua portuguesa e da leitura e produção de textos em contexto escolar a partir dos critérios “adequação/inadequação” e “gramaticalidade/agramaticalidade”. Tais critérios só podem ser reconhecidos (no sentido de serem percebidos como critérios possíveis) por enunciadores cujos discursos são alimentados por esse quadro de saberes e crenças que configura um modo específico de perceber a problemática da língua(gem) – por isso se trata de uma dimensão (socio)cognitiva. Nesse sentido, conforme já afirmado, o *pré-discurso* possibilita a inter-compreensão entre interlocutores que partilham e alinham-se ao mesmo repertório *pré-discursivo*.

A seguir, procederei à análise de um dado, a fim de dar a conhecer, minimamente, certos procedimentos analíticos por meio dos quais é possível distinguir fenômenos interdiscursivos de *pré-discursivos*. Além disso, buscarei sustentar que, numa teoria do discurso que se propõe a articular as dimensões ideológica e cognitiva, a ampliação da noção de competência (inter)discursiva – postulando-se que ela deverá passar a incorporar mais um tipo de capacidade do enunciador, a saber, a de operar a partir de quadros *pré-discursivos* coletivos, que têm um papel “instrucional” para a produção e interpretação dos discursos – é fundamental.

#### 4 Uma análise

Das 26 produções de linguistas publicadas entre os anos de 1977 e 2004, que foram analisadas na pesquisa que desenvolvi nos anos 2017 e 2018, recortei para análise, neste artigo, a Apresentação que Maria Helena Martins, a organizadora, faz da coletânea *Questões de Linguagem*. Essa coletânea foi publicada em 1991 pela editora Contexto e integra a Coleção Repensando o Ensino. O livro é composto por 11 capítulos<sup>2</sup> que se tornaram, à época, leitura imprescindível entre professores de Língua Portuguesa que buscavam assumir, em suas práticas pedagógicas, o pressuposto da linguagem como interação.

---

<sup>2</sup> Os capítulos foram escritos por diversos pesquisadores: 1. Linguagem e Educação (Haquira Osakabe); 2. O ensino de linguagem verbal: em torno do planejamento (Adilson Odair Citelli); 3. Da ciência à poesia e vice-versa (Marisa Lajolo); 4. Cartilhas: a negação do leitor (Mary Julia M. Dietzsch); 5. O professor como leitor do texto do aluno (João Wanderley Geraldi); 6. A escrita como trabalho (Raquel Salek Fiad e Maria Laura Trindade Mayrink-Sabinson); 7. A mediação do professor entre o texto e o leitor (Sônia Ignez Gonçalves Fernandez); 8. A leitura na escola I (Maria Lúcia Zoega de Souza); 9. A leitura na escola II (Ana Maria Bonato Garcez Yasuda); 10. Poder e onipotência da televisão: inquietações no ar (Maria Thereza Fraga Rocco); 11. Palavra e imagem: um diálogo, uma provocação (Maria Helena Martins).

A Apresentação é composta de duas páginas, em que Martins, dentre outras coisas, comenta traços em comum das trajetórias profissionais dos autores, incluindo a si mesma: i) o fato de participarem de entidades e de projetos que se caracterizam “pelo empenho na formação continuada do professor, pela busca de integração da Universidade com o Ensino de 1º e 2º graus, pela interação de reflexão teórica e prática pedagógica”; o fato de serem “um grupo de professores preocupados e ocupados em resgatar a *linguagem*, enquanto ‘um processo que tem a densidade, a precariedade e a singularidade do acontecimento’, como observa Haquira Osakabe” (MARTINS, 1991, p. 5-6). Essa caracterização, feita por Martins, dos traços comuns entre os autores da coletânea, permite agregá-los para além da fronteira do livro, considerando-os membros de uma mesma comunidade discursiva (MAINGUENEAU, 2008) que se inscreve, no campo dos estudos da linguagem e de seu ensino, num mesmo posicionamento discursivo. Partindo, pois, desse pressuposto, buscarei, por meio da análise do primeiro parágrafo da Apresentação de Martins, demonstrar quais são os procedimentos enunciativos por meio dos quais:

- i) vão sendo deixados rastros da presença do *pré-discurso* que alimenta o discurso dessa comunidade (o princípio de inter-compreensão);
- ii) vai-se delimitando o *interdiscurso* (o Outro com o qual, no espaço discursivo da polêmica, essa comunidade mantém uma relação de inter-incompreensão).

Reproduzo, a seguir, o parágrafo de abertura da Apresentação:

Antes de chamar *Português* ou receber o apelido de *Comunicação e Expressão*, o estudo de *língua materna*, entre nós, era mais conhecido como *linguagem*. E, ao embalo da sonoridade fluida desse nome, várias gerações completaram seus cadernos de caligrafia, de ditado; fizeram suas lições de casa. Era um tempo bem mais devagar, um espaço bem maior: as limiações de cada um pareciam pouco perceptíveis; muitos sabiam o mínimo. Havia mais certezas que dúvidas entre os professores; os alunos não tinham senão que aprender. Já a *linguagem* seguia – como aliás segue – correndo solta, à revelia das “poucas letras” de seus usuários e das determinações dos manuais. (MARTINS, 1991, p. 5)

Para analisar a presença do *pré-discurso* neste trecho, partirei de duas afirmações de Paveau (2013), segundo as quais: i) há um número de lugares de memória, dotados de agentes de transmissão, que parecem pré-existir às produções discursivas individuais; ii) os sujeitos falantes recorrem notadamente a dois tipos de memória, a saber, a *memória da língua* e a *memória discursiva patrimonial*. Para os propósitos desta análise, irei me restringir à abordagem da *memória da língua*.

A *memória da língua* refere-se a um “conjunto de lembranças” que concerne ao sentido das palavras, à propriedade das expressões, à correção de formulações. Trata-se, no dizer de Nyckees (1999 apud PAVEAU, 2013, p. 160), de uma espécie de “instância supra-humana responsável por um suposto

*verdadeiro sentido* das palavras”. Essa memória, portanto, é vista como transcendental e autônoma, como testemunham, por exemplo, o etimologismo (uma espécie de “filologia espontânea” que confere “autoridade” às palavras primitivas) e o lexicologismo (espécie de “lexicologia espontânea” que produz comentários sobre as relações entre forma e sentido das palavras).

No trecho considerado, a palavra *linguagem* (em itálico) parece carregar *essa memória da língua*. Por se tratar de uma comunidade discursiva que partilha do mesmo sistema de restrições semânticas (segundo o qual linguagem é “um processo que tem a densidade, a precariedade e a singularidade do acontecimento”), o “suposto sentido verdadeiro da palavra *linguagem*” é dado como preexistente. Essa palavra, entretanto, que testemunha *a memória da língua*, não é ela mesma, um *pré-discurso*, mas ela atua como um índice de que há, no discurso, um apelo a quadros pré-discursivos coletivos de valores, saberes, crenças, práticas que alimentam o discurso. No caso, o quadro pré-discursivo evocado poderia ser descrito (considerando o trecho, o texto e o livro como um todo) como um saber, uma crença de que linguagem e sujeito estão inextricavelmente relacionados, isto é, que a linguagem é constituída nos e pelos sujeitos. Esse *pré-discurso* (e todo *pré-discurso*) se apresenta ao sujeito (e à comunidade discursiva) como uma evidência (um dado de realidade, um fato, um saber estabelecido) com a qual o enunciador do discurso se identifica integralmente, sob o risco de, fora dessa identificação, a enunciação se tornar impossível. Não há, pois, alteridade dos sujeitos com relação aos quadros pré-discursivos que alimentam sua produção discursiva, uma vez que tais quadros atuam como fator agregador, que promove a inter-compreensão entre os enunciadores de uma comunidade discursiva. Trata-se de uma instância de primariedade dos discursos, sem a qual se torna impossível enunciar<sup>3</sup>.

No caso do *interdiscurso*, por sua vez, o postulado de seu primado (MAINGUENEAU, 2008) exige que se assumam a alteridade como sua nota principal, configurando-o num espaço em que impera a pluralidade de posicionamentos discursivos. No trecho considerado, o *interdiscurso*, analisado no nível do espaço discursivo da polêmica, pode ser reconhecido nos movimentos de delimitação de fronteiras que o enunciador vai realizando, ao colocar, de um lado, a *linguagem* (que “seguia – como aliás segue – correndo à solta”) e, de outro, o *Português* (com seus cadernos de caligrafia, de ditado, suas lições de casa e determinações dos manuais). Esses dois posicionamentos pressupõem uma alteridade radical, caracterizada pela inter-incompreensão: a linguagem corre “solta, à revelia [...] das determinações dos manuais” (MARTINS, 1991, p. 5). Em outras palavras, é possível perceber a existência de, pelo menos, duas comunidades discursivas que polemizam entre si com relação ao modo como concebem a língua e seu ensino: de um lado, a língua é tomada como modelo (manuais) a ser ensinado e, assim sendo, é necessário treino e repetição (cadernos de caligrafia, ditado); de outro, a língua é tomada como co-

<sup>3</sup> Vale ressaltar que a noção de primariedade numa teoria que se estabelece sobre a perspectiva da cognição distribuída não pode ser compreendida como se referindo a algo que se constrói antes e independentemente. Os *pré-discursos* se constituem na/pela coletividade (não se impõem como estrutura que se estabelece fora dos processos sociais e culturais); eles são anteriores coletivos, mas são, à moda de um dispositivo, absorvidos pelos locutores individuais, como uma espécie de conjunto de “instruções” para a produção e a interpretação dos discursos, fora do qual não há enunciação possível.

determinada pela singularidade do acontecimento e, assim sendo, deve ser sempre considerada no processo de interação.

A partir dessa análise, aqui empreendida, foi possível perceber que esse último posicionamento, ao delimitar suas fronteiras em relação ao Outro, o faz a partir do enquadre de um *pré-discurso* específico. Nesse sentido, é possível afirmar que, apesar de o funcionamento do *interdiscurso* produzir polêmica e interincompreensão, ele também pode ser tomado como o lugar de construção, transmissão e circulação de *pré-discursos* (saberes e crenças que informam e alimentam o discurso de uma comunidade discursiva), uma vez que sua presença é rastreável somente no/pelo discurso. No nível analítico-operacional, portanto, a articulação entre esses dois fenômenos – *interdiscurso* e *pré-discurso* – é demonstrável.

## 5 Considerações finais

Na seção anterior, analisamos procedimentos enunciativos por meio dos quais é possível distinguir fenômenos da ordem do *interdiscurso* e do *pré-discurso*, demonstrando, ainda, no nível analítico-operacional, a articulação entre eles.

No nível teórico, entretanto, essa articulação ainda carece de um articulador conceitual que permita que fenômenos de natureza ideológica (*interdiscurso*) e cognitiva (*pré-discurso*) sejam associados, de maneira congruente, no interior de uma mesma teoria do discurso. É nesse intuito, pois, que proponho que a noção de competência (inter)discursiva seja tomada como o grande articulador teórico que possibilita essa associação.

De acordo com Maingueneau (2008), a competência (inter)discursiva supõe que o enunciador de um discurso seja capaz de reconhecer e produzir textos compatíveis com o posicionamento em que se inscreve, bem como reconhecer a incompatibilidade semântica de textos produzidos a partir do posicionamento daquele(s) que constitui(em) seu(s) Outro(s). O que ora proponho é que a noção de competência (inter)discursiva passe a supor, também, a capacidade que o enunciador de um discurso tem de operar a partir de quadros pré-discursivos de saberes, práticas, crenças e valores que informam e alimentam sua produção discursiva. Nessa perspectiva, em última instância, a ampliação da noção de *competência (inter)discursiva*, tal como proposta aqui, tornaria viável a construção de pontes entre uma teorização sobre o discurso fundamentada na relação entre língua e história e uma teorização sobre o discurso que incorpora, na explicação de seu funcionamento, uma dimensão cognitiva.

**AGRADECIMENTOS:** Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo financiamento de minhas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

FLOR, Nick, HUTCHINS, Edwin. Analyzing distributed cognition in software teams: a case study of team programming during perfective software

maintenance. In: **Proceedings of the fourth annual workshop on empirical studies of programmers**. Norwood, N. J. **Anais...** Norwood, N. J: Ablex Publishing, 1991. p. 36–59

HUTCHINS, Edwin. **Cognitive artifacts**. 2002. Disponível em: <http://ato.ms/MITECS/Entry/boster.html> . Acesso em: 11 fev., 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. 2. ed. Trad. S. Possenti. São Paulo: Parábola, 2008. (Título original: *Genèses du discours*, 1984)

MARTINS, M. H. (Org.). **Questões de linguagem**. São Paulo: Contexto, 1991.

NORMAN, Donald. Cognitive artifacts. In: CARROLL, John Millar (org.). **Designing Interaction: psychology at the human-computer interaction interface**. New York: Cambridge University Press, 1991.

PAVEAU, Anne-Marie. **Os pré-discursos: sentido, memória, cognição**. Trad. G. Costa, D. Massmann. Campinas: Pontes, 2013. (Título original: *Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition*, 2006).

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura e acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990. (Título original: *Discourse: structure or event?*, 1983).

*Recebido em 3 setembro de 2020.*

*Aceito em 5 de outubro de 2020.*

*Publicado em 30 de novembro 2020.*

## **SOBRE A AUTORA**

**Fernanda Mussalim** é doutora em Linguística pela Unicamp. É professora Titular do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É líder do Grupo de Pesquisa *Círculo de Estudos do Discurso (CED)*, sediado na UFU; membro do *Centro de Pesquisa FEStA (Fórmulas e Estereótipos: teoria e análise)* e do *Grupo de Pesquisa Neurolinguística discursiva: afasia e infância*, ambos sediados no IEL-UNICAMP. Atua na área de Linguística, com ênfase na Análise do Discurso e interface com a Neurolinguística e as Ciências Cognitivas em geral. É bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq.

E-MAIL: [fmussalim@gmail.com](mailto:fmussalim@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6571-4296>